TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ÓRGÃO ESPECIAL

REPRESENTAÇÃO POR INCONSTITUCIONALIDADE Nº 0025856-58.2023.8.19.0000

REPRESENTANTE : EXMO.SR.PREFEITO DO MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA

REPRESENTADO : CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA

LEGISLAÇÃO : LEI Nº 6.141/2023 §3º DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA

RELATORA : DESA. GIZELDA LEITÃO TEIXEIRA

Representação por Inconstitucionalidade. Objeto: o parágrafo 3º do artigo 1º da Lei 6141 de 08 de fevereiro de 2023, Município de Volta Redonda. O Prefeito de Volta Redonda encaminhou à Câmara Municipal projeto de Lei concedendo reajuste de 7,42 % sobre o vencimento base aos servidores municipais. Emenda parlamentar (ignorando o Princípio da Separação dos Poderes) incluiu o parágrafo 3º, cuja eficácia foi suspensa liminarmente (artigo 105, §3º do RITRJ, com a redação conferida pela Resolução TJ/OE/RJ nº20/2017). *Vício de iniciativa.* Violação ao artigo 112 §1º, II, “a” da Constituição Estadual do Rio de Janeiro: *aumento de despesa de iniciativa privativa do Poder Executivo e sem prévia estimativa do impacto financeiro-orçamentário, contrariando o artigo 113 do ADCT. Violação ao art. 7º, IV da CRFB e à Súmula Vinculante nº16.* O poder de emenda dos Parlamentares não abarca matéria estranha ao estrito objeto do respectivo projeto, mormente em se tratando de matéria de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, como nos autos: matéria referente ao regime dos servidores públicos e ao aumento de despesa na área do funcionalismo, a teor do art. 112 §1º, inciso II, alínea “b” da CERJ. Cabe ao Chefe do Executivo Municipal a política remuneratória de seus servidores. Viola o Princípio da Legalidade (CERJ, art.77 *caput*) a vinculação do vencimento-base dos servidores municipais ao salário mínimo. Aumento de remuneração sem a pertinente lei municipal específica, acarretando aumento de despesa. A ausência de prévia estimativa do impacto financeiro-orçamentário configura inconstitucionalidade material. *Procedência da Representação, reconhecendo-se a inconstitucionalidade do parágrafo 3º do art. 1º da Lei 6.141 do Município de Volta Redonda.*

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Representação por Inconstitucionalidade nº Nº 0025856-58.2023.8.19.0000 em que é Representante o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Volta Redonda e Representada a Câmara Municipal do Município de Volta Redonda, decidem os Desembargadores integrantes do E. Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por Unanimidade de votos, julgar procedente a Representação, nos termos do voto da Desembargadora relatora.

Rio de Janeiro, 02/10/2023

Desa. Gizelda Leitão Teixeira – Relatora

RELATÓRIO

A presente representação por Inconstitucionalidade, com pedido de concessão de suspensão liminar, foi proposta pelo Exmo. Sr. Prefeito do Município de Volta Redonda, para fins de reconhecimento da inconstitucionalidade do parágrafo 3º do artigo 1º da Lei municipal nº6141/2023, resultante de emenda parlamentar que, violando o Princípio da Separação de Poderes, vinculou o vencimento-base dos servidores municipais ao salário mínimo.

Alega o Representante que o aumento de remuneração sem a pertinente lei municipal específica acarreta aumento de despesa. Ademais a referida Emenda Parlamentar foi aprovada mesmo ausente prévia estimativa do impacto financeiro-orçamentário a configurar inconstitucionalidade material.

Requerida e deferida a suspensão cautelar, do parágrafo 3º do artigo 1º da Lei Municipal nº6141/2023, ratificada pelo Egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a teor do artigo 105, §3º do RITRJ, com a redação conferida pela Resolução TJ/OE/RJ nº20/2017.

A Procuradoria Geral do Estado manifestou-se pela declaração de inconstitucionalidade do parágrafo 3º do artigo 1º da Lei Municipal nº6131/2003, acrescentado por emenda parlamentar do Município de Volta Redonda.

A Procuradoria Geral de Justiça manifestou-se pela procedência da Representação, declarando-se a inconstitucionalidade do parágrafo 3º do artigo 1º da Lei 6.141 de 08 de Fevereiro de 2023.

É o relatório.

VOTO

Trata-se de Representação por Inconstitucionalidade com pedido de medida cautelar por violação aos artigos 112 §1º, II, "a" da Constituição Estadual do Rio de Janeiro; art. 7º, IV da Constituição Federal e da Súmula vinculante nº16 proposta pelo Exmo. Sr. Prefeito do Município de Volta Redonda, tendo por objeto o parágrafo 3º do artigo 1º da Lei Municipal nº6.141/2023, antecedida da mensagem 004/2023, contendo Projeto de Lei encaminhada à Câmara Municipal que concedia reajuste de 7,42 % sobre o vencimento base dos servidores municipais ao qual fora acrescentado o referido parágrafo 3º do artigo 1º, que elevou o vencimento base de todos os servidores municipais, vinculando-o e indexando-o ao salário mínimo nacional.

Alega-se na inicial que o parágrafo 3º do artigo 1º da Lei impugnada constitui violação à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo por se tratar de

norma que trata de “*aumento de remuneração*” e que não houve qualquer estimativa prévia de seu impacto financeiro-orçamentário, incorrendo em inconstitucionalidade, violando, ainda preceitos normativos do artigo 113 do ADCT. Que o vício formal exsurge evidente e deve ser declarado inconstitucional o conteúdo do parágrafo 3º do artigo 1º da Lei Municipal 6.141/2023, com efeitos *ex tunc*.

Sustenta-se que o parágrafo 3º do artigo 1º da Lei Municipal 6.141/2023 elevou o vencimento base de todos os servidores municipais, vinculando-o e indexando-o ao salário mínimo nacional, flagrante a inconstitucionalidade que levou o chefe do executivo a vetá-lo. Submetido o veto ao poder legislativo restou rejeitado, sendo promulgada a Lei 6.141/2023 com o referido §3º do artigo 1º.

Ao que requer o representante, liminarmente a suspensão da eficácia, com efeito retroativo, do parágrafo 3º do artigo 1º da Lei Municipal nº6.141/2023.

A suspensão liminar da Lei Municipal nº 6.141/2023 foi deferida por essa relatora em 17 de abril de 2023 *ad referendum* do E. Órgão Especial.

Relatados, passo a votar.

Não se nega o poder de emenda ínsito ao Poder Legislativo, desde que não acarrete aumento de despesa, como ocorreu na hipótese aqui tratada e como a norma impugnada acarreta incontestemente aumento de despesa, ao elevar o padrão de vencimento dos servidores públicos municipais por emenda legislativa não precedida da indispensável estimativa prévia do impacto financeiro-orçamentário, vinculando o vencimento base dos servidores públicos municipais de Volta Redonda ao salário mínimo nacional, afronta o disposto no inciso IV do artigo 7º da Constituição Federal.

O parágrafo 3º do artigo 1º da Lei 6.141/2023 acarreta inegável aumento de despesa e , em um primeiro exame, afrontaria o disposto nos artigos 112 §1º, II, “a” da Constituição Estadual do Rio de Janeiro e no art. 7º, IV da Constituição Federal e, ainda o Enunciado da Súmula Vinculante nº16.

Esclareça-se que o pedido de concessão liminar em medida cautelar passível de apreciação e decisão pelo Relator, *ad referendum* do Órgão Especial, a teor da nova redação do art. 105 §3º do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – conferida pela Resolução TJ/OE/RJ – em se tratando a hipótese de excepcional urgência, onde a legislação municipal nos termos do parágrafo 3º do artigo 1º da Lei 6.141/2023 , importa em imediato aumento da remuneração dos servidores municipais de Volta Redonda, exsurge a relevância da matéria e a insegurança jurídica decorrente da não apreciação liminar da questão.

O diploma legislativo impugnada tem a seguinte redação:

“Artigo 1º - (...)

§3º Fica vedado que o salário do servidor público municipal da Administração Direta e Indireta, seja inferior ao salário mínimo nacional, não podendo ser incorporada gratificação de qualquer espécie para tal fim”

Do exame das alegações trazidas na inicial constata-se o indispensável risco de lesão irreparável, eis que se trata de exceção ao princípio da presunção de constitucionalidade dos atos normativos e demonstrada a relevância jurídica do pedido e o *periculum in mora*.

Examinada a hipótese, constata-se indícios de inconstitucionalidade formal e material do parágrafo 3º do artigo 1º da Lei 6.141/2003 do Município de Volta Redonda que vincula o vencimento básico dos servidores públicos ao salário mínimo, e incorre, em tese, em violação ao disposto no artigo 7º, inciso IV da vigente Constituição Federal e ao preceito do artigo 113 do ADCT e ao Enunciado da Súmula Vinculante nº16 (“*Os artigos 7º, IV, e 39, § 3º (redação da EC 19/98), da Constituição, referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público*).

Ante indícios de usurpação de competência do chefe do Poder Executivo Municipal, podendo, se indeferida fosse a pretendida liminar, ocorrer desarranjo econômico na municipalidade ; evidenciado o *periculum in mora* , eis que o pagamento do salário base vinculado ao salário mínimo com lastro na legislação vergastada, não será passível de repetição aos cofres do erário, ante sua natureza alimentar e indenizatória.

Ante tais circunstâncias, o pedido de suspensão da eficácia do parágrafo 3º do artigo 1º da Lei nº 6.141/2003 do Município de Volta Redonda mostra-se pertinente e adequado para evitar prejuízos e lesões de difícil reparação.

O Supremo Tribunal Federal, conforme Súmula Vinculante nº4 firmou o seguinte entendimento:

“Salvo nos casos previstos na constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.”

Conforme consignado no Parecer da Procuradoria de Justiça, “*a predefinição de parâmetros de reajuste remuneratório de agentes públicos de certo Município, cria expectativas que não necessariamente podem ser atendidas, em face da cambiante realidade econômica e financeira dos entes federados e de suas particularidades. Tal vinculação., portanto, causa desgaste no ambiente organizacional e propicia o desequilíbrio orçamentário do Município, uma vez que os agentes públicos passam a nutrir a expectativa de realização de reajustes remuneratórios de forma automática, independentemente das conveniências e possibilidades da administração local.*”

Conforme elucidado pelo Supremo Tribunal Federal, por força do verbete nº16 da Súmula Vinculante, a garantia de pagamento do salário mínimo refere-se aos vencimentos totais do servidor (remuneração), e não ao seu vencimento-base, sendo

certo que o teor dos artigos 7º inciso IV e 39 §3º, com a redação da EC 19/98 da Constituição, refere-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público.

In casu o artigo 1º, parágrafo 3º da Lei 6.141 de 08 de fevereiro de 2023, do Município de Volta Redonda, aqui representado, viola a autonomia municipal e a vedação constitucional de vinculação de vencimentos e/ou subsídios para efeitos de remuneração, prevista no artigo 77, inciso XV da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, norma de reprodução do artigo 37 inciso XIII da Constituição Federal.

Este entendimento já foi sedimentado por esse E. Órgão Especial no RI 00311492-10.2020.8.19.0000, relatoria do Desembargador Luiz Zveiter, julgado em 19/10/2020.

Evidenciados os vícios de inconstitucionalidade de ordem formal e material a determinar a procedência dessa Representação.

Por tais motivos, reconhece-se a procedência dessa Representação, declarando-se inconstitucional o parágrafo 3º do artigo 1º da Lei 6.141 de 08/02/2023 do Município de Volta Redonda.

Rio de Janeiro, 02/10/2023

Desa. Gizelda Leitão Teixeira
relatora